

### ***Exposição aos credores: a escrita como redenção***

Rafael R. R. Souza

Foi confinado em sua fazenda Atalaia, em Sapopemba, que Irineu Evangelista de Souza, consternado pela dor da falência, empreendeu sua mais duradoura obra, em meados do ano de 1878. Escrita em pouco mais de duas semanas, a *Exposição do visconde de Mauá aos credores de Mauá & Cia. e ao público* destinava-se a um fim duplo e interligado: dar as satisfações que o visconde considerava necessárias aos seus credores e impedir que o seu nome – a sua dignidade pessoal e social – viesse a se perder, assim como naufragavam as suas realizações industriais e financeiras. Queremos dizer com isso que a obra era mais que uma prestação de contas; tratava-se de um livro com intenção autobiográfica. Na *Exposição aos credores*, o visconde analisa o trajeto por ele percorrido em seus 32 anos de vida pública. Ao longo desse escrupuloso exame, como não poderia faltar em obra do gênero, deparamo-nos com a emergência de uma individualidade<sup>i</sup>. E será, justamente, para ela que voltaremos nossa atenção.

Entendemos as narrativas autobiográficas como uma fonte privilegiada para a percepção do sistema de idéias de uma época, na medida em que nestes escritos é comum encontrarmos, aliado à história de um “eu”, a história dos valores, das crenças e dos projetos que teriam dirigido a vida do protagonista e dos quais ele se vê, muitas vezes, como o representante-mor<sup>ii</sup>. Estudando o relato autobiográfico do visconde, foi exatamente isso que percebemos e, por isso, nossa principal intenção aqui será esclarecer a importância política da obra no contexto dos debates reformistas do Estado Imperial que marcaram a época de sua produção.

A representação que desponta das originais 180 páginas da *Exposição aos credores* publicada pela Tipografia Villeneuve & Cia. é a de um patriota, inteiramente, dedicado ao desenvolvimento industrial de seu país. Mauá enceta a obra com uma introdução preciosa. Nela há uma espécie de relato de uma experiência de conversão. Como aponta Martyn Lyons, a autobiografia espiritual foi um modelo de narrativa corrente

entre as autobiografias inglesas da primeira metade do século XIX. Tal padrão, geralmente, pensado como proveniente das *Confissões* de Santo Agostinho, teve como paradigma o clássico *O Peregrino* de John Bunyan. Trata-se de uma autobiografia centrada na jornada da alma perdida rumo à salvação; é uma espécie de *odisséia espiritual*, na qual o indigno pecador – após um período de acentuada prostração e abatimento, fruto do pecado – acaba, de repente, ao encontrar com Deus, caindo em si e convertendo-se do seu mau caminho: entenda-se, tornando-se uma *nova criatura*, para usar a linguagem bíblica. Foi, sobretudo, sob a inspiração desse tipo de texto que os ingleses – inclusive, os operários escritores - do século XIX encontraram a forma ideal para exprimir o relato de suas vidas.

Mauá, seguindo a tendência dos tempos, doravante, cada vez mais laicos e profanos, centrou-se no desenvolvimento secular e não espiritual de sua personalidade. Será essa tendência, mais científica e positivista, que dominará as autobiografias européias da segunda metade do século XIX, como também nos esclarece Lyons <sup>iii</sup>. Vemos isso no tipo de conversão relatada por Mauá: trata-se esta da decisão por ele tomada, em 1846, de “engolfar-[se] em outra esfera de atividade” <sup>iv</sup>. O comerciante deixava o ramo, no qual fizera prodigiosa fortuna, para adentrar o terreno pantanoso e movediço da grande indústria e do mundo financeiro da época <sup>v</sup>. A conversão narrada é, pois, uma espécie de confissão; revelação que tencionava marcar temporalmente o início de uma nova vida, verdadeiramente, ou, antes, ativamente, patriótica e industrializante. Tal como se observa nas autobiografias espirituais, há também na *Exposição aos credores* uma certa *peregrinatio*. A alma aflita, após um período de intensos conflitos, acaba elevando-se a paragens mais dignas.

Se, por um lado, a emergência de um Mauá com as características que vimos acima ocorre num repente (o relato da conversão patriótica), por outro, a montagem textual capaz de manter de pé essa representação dar-se-á com mais vagar e, apenas, ao longo das páginas da “autobiografia”. Uma das bases dessa montagem é a tópica do martírio. Sua importância patenteia-se no fato de que, junto com outra tópica, a da solidão, é que Mauá produzirá o efeito capaz de dar vida à sua auto-imagem. Ou seja, o que estamos a dizer é

que foi, justamente, concebendo sua identidade pessoal (de mártir e solitário) em oposição à representação dos “outros” (carrascos e que o não acompanharam), que o visconde teria dado o chamado “pulo do gato”, definindo não só o seu lugar, como também o espaço simbólico da imensa maioria (e, quiçá, da totalidade) de sua geração.

Começaremos pela tópica da solidão, uma vez que será ela a responsável por dar cores à tópica do martírio. O Mauá que aparece na *Exposição aos credores* é um personagem singular, quase absolutamente distinto de todos os homens da sua época. Seu espírito empreendedor; seu desejo de aprimorar a livre iniciativa e dinamizar a economia nacional por meio dela; seus pensamentos a respeito da urgência, bem como, da função estratégica da implantação de ferrovias e outros meios de transporte no país; seu arrojo empresarial e financeiro; enfim, tudo aquilo que caracterizaria sua individualidade encontrava-se, na imensa maioria das vezes, em contraste fatal com a geração que lhe foi contemporânea. Não é raro, pois, vê-lo sozinho iniciar e levar a cabo os inúmeros grandes empreendimentos relatados na “autobiografia”.

Dessa auto-representação nasce, pois, uma *persona* só que muito nos diz da forma como o visconde se via e desejava que os outros o vissem. Como diz Maria Alice Rezende de Carvalho, em sua biografia sobre André Rebouças produzida, sobretudo, pela análise crítica dos escritos de si do engenheiro, o *topos* da solidão constituía-se (em sua obra) ao mesmo tempo em “*expressão exaltada do individualismo*” e “*avaliação negativa do establishment brasileiro*”<sup>vi</sup>. Ao demarcar textualmente a singularidade de sua pessoa, bem como, a de suas propostas e projetos para o país, o que o visconde fazia era, na verdade, chamar a atenção dos leitores para os conflitos por ele tidos com os homens – e, em especial, com os políticos - de sua época<sup>vii</sup>. Isso era fundamental na composição da trama abordando a história da sua personalidade. O problema é que alguém tão diferente assim não poderia ser bem-aceito. E é esta conclusão óbvia que nos transporta para a tópica complementar, já antes referida – a do martírio.

Nesse *topos* resultante, o Mauá que encontramos é um homem sofrido que se sacrifica por uma causa: a modernização material de seu país. Incompreendido por todos e

perseguido de todos os lados, seu fim não poderia ser outro. Como diz o poeta, uma andorinha só não faz verão. Ainda que esforçando-se de todas as formas e empregando o conjunto de suas energias, Mauá foi incapaz de “*vencer as resistências*” (Mauá, *Autobiografia*, p. 123). O tema da solidão, conjugado ao da perseguição, que o eleva à estatura de mártir, está presente em diversos momentos do texto, o que nos faz concluir a importância dessas tópicas. Os obstáculos encontrados ao longo do caminho atuam como espécies de bordas que contêm e põem em relevo a figura de um homem que por, sozinho, arrostar todas as adversidades de seu tempo, só poderia ser, além de mártir, um verdadeiro herói nacional <sup>viii</sup>.

Tópica da solidão e tópicas resultantes do martírio e do heroísmo, serão elas que permitirão ao visconde (como antes apontamos) ancorar sua identidade em bases sólidas: entenda-se, produzir uma imagem de si, diametralmente, contraposta à representação dos “outros”. Como se sabe, o processo de definição de uma identidade tem como fundamento a experiência da alteridade. Dependemos do “outro” ou, antes, de “outros” para fundamentar, por exclusão (ou seja, definindo o que não somos), nossa própria esfera de existência. A questão se coloca – e, aqui, nos serviremos das reflexões de Fabiana de Souza Fredrigo – quando, para constituir sua identidade, uma pessoa, um grupo ou uma sociedade passa a definir-se contradizendo a imagem do “outro”. Neste caso, trata-se, não apenas de contrapor-se ao “outro”, mas de desmenti-lo e ocultá-lo, retirando (assim) da representação alheia parte de sua própria vitalidade <sup>ix</sup>. Ao apresentar-se como uma excepcionalidade em sua “autobiografia”, a efeito o que o visconde de Mauá fazia – mesmo que inconscientemente – era chamar a atenção do público leitor para si, em detrimento dos “outros” (desprezados, incompreendidos, em suma, denegados) <sup>x</sup>.

Desde suas primeiras páginas, Mauá já prepara o cenário no qual se desenrolaria o combate entre ele – o herói do progresso nacional – e o Estado brasileiro – principal bastião do conservadorismo político. Em se tratando de uma exposição a credores, a estratégia usada é certa: o intuito é explicar a razão do fracasso de seus empreendimentos, ancorando-se (sobretudo) nas ações contrárias de um Estado, ora

ausente, ora limitador. Ausente por não prestar os auxílios requeridos pelos particulares na obra de modernização do país <sup>xi</sup>; limitador por cercear e tolher a livre iniciativa, embaraçando-a com leis e mais leis – especialmente, em matéria financeira, diga-se de passagem <sup>xii</sup>. Várias de suas empresas, segundo Mauá, não teriam ido à frente por conta da nefasta atitude do Estado e este é apontado como o grande culpado por sua bancarrota <sup>xiii</sup>.

Conclusão: o grande contraponto, em face do qual Mauá estabeleceu sua imagem foi o Estado imperial. A *Exposição aos credores* pode ser vista, e é isso que intentamos demonstrar, como um verdadeiro libelo contra o Estado vigente em seu tempo: um Estado que, segundo Mauá, cerceava a livre-iniciativa e deixava no desamparo as classes produtivas da nação. Tal é o clamor audível, tanto nas reclamações já apreciadas, quanto nas ardentes demandas (propostas, mesmo) de reforma do Estado imperial feitas pelo visconde. A seguir, trataremos dos princípios que ancoram esses reclames reformistas.

Concorde com suas reprimendas à política do Segundo Reinado, vistas anteriormente, Mauá propugnava um espectro de reformas, nem sempre muito bem condensadas no corpo da *Exposição aos credores*, mas que, de certa maneira, foram reunidas no tópico: **Serviços prestados à agricultura** <sup>xiv</sup>. Assim escreve ele, abrindo o escopo de suas reformas:

*Nada mais justo, razoável e conveniente à marcha governativa do país, do que a intervenção intercalada na governação do Estado das opiniões políticas que tenham elementos de reconhecida força na organização social adotada. O que, porém, o país tem direito a esperar é que as **sumidades intelectuais** que simbolizam o pensamento político que aspira ao poder, tenham **idéias assentadas** sobre os pontos cardeais em referência às necessidades públicas que legitimem essa aspiração, pois a presença do estadista se reconhece nas medidas em que ele empenha seus esforços para alcançar o bem-estar social, que é a missão de todo o bom governo conseguir. (Mauá, *Autobiografia*, p. 216).*

O que está colocado no excerto acima é primeira base do seu espectro de reformas. O princípio nele contido é claro: não só as “*opiniões políticas que tenham elementos de reconhecida força na organização social adotada*” (no caso, as opiniões políticas consoantes aos reclames e interesses do setor agrícola) deveriam ter voz no governo, como (primeiramente) o Estado precisaria ter “*idéias assentadas sobre os pontos*

*cardeais em referência às necessidades públicas*” do país. Sendo tais *necessidades públicas*, todas elas, de caráter econômico, o que se configura nessa proposta é a constituição de um Estado comprometido com o progresso material da nação<sup>xv</sup>. Aquilo, pois, que Mauá descreve em sua “autobiografia” como tendo sido sua vocação pessoal, ele transporta para o tipo de Estado que ele desejava ver surgir.

Além do clamor por um Estado, essencialmente, voltado para o progresso do país; também, deparamo-nos com a defesa de um Estado que (entendido na perspectiva liberal, e o visconde era um liberal à inglesa) não tomasse para si todas as responsabilidades nacionais. Pelo contrário, que regulamentasse apenas e tão só o básico, deixando para a livre-iniciativa maiores margens de atuação. Para o visconde, cabia a ela prioritariamente a tarefa de dinamizar a economia. O Estado deveria funcionar apenas como indutor do progresso: contemplando com vistas mais largas o horizonte econômico nacional, cabia ao governo incentivar a livre iniciativa, captando os rumos mais prósperos e fecundos do mercado internacional, assegurando a atividade dos produtores industriais e agropastoris e dando os passos que estivessem além das possibilidades da iniciativa privada (mesmo quando associada). O motor do progresso econômico nacional, o pólo forte da economia do país deveria se encontrar na própria sociedade; em suma, era este o desejo do visconde. Anseio que, por conseqüência, interferia no tipo de Estado por ele defendido: um Estado menos sufocante e cerceador, um Estado liberal, enfim.

Bem coerente com seus objetivos ou, antes diríamos, com sua proposta ontológica, a *Exposição aos credores* – esta narrativa autobiográfica com cara de prestação de contas; este libelo contra o Estado imperial sob a capa de análise de uma trajetória de vida -, assim termina:

*Só me resta fazer votos para que no **meio século**, que se segue, encontre o meu país quem se ocupe dos melhoramentos materiais da nossa terra com a mesma fervorosa dedicação e desinteresse (digam o que quiserem os maldizentes) que acompanhou os meus atos durante um período não menos longo (...).*

*E oxalá que nas **reformas** que se apregoam como necessárias ao bem-estar social de nossa pátria, não esqueçam os que se acharem à frente da governação do Estado, que o **trabalho e interesses econômicos** do país são mais que muito dignos da proteção e amparo a que têm direito.*

*Pela parte que me toca, fui **vencido**, mas não **convencido**.*

(Mauá, *Autobiografia*, p. 292 e 293).

Interligando sua trajetória pessoal com uma mais transcendente, como (aliás) fazem todos os bons textos do gênero, Mauá desfechou sua “autobiografia” com uma palavra de esperança e de desafio. É o voto de um *morto*, como ele gostava de falar, em prol do progresso material da nação. A obra que, em vida, ele não pôde cumprir, desejava, patrioticamente, que as futuras gerações fossem capazes de concretizar. Para ser atingido, contudo, tal sonho exigiria – do seu ponto de vista – uma reformulação do Estado imperial sob o qual ele viveu. Urgia que os pósteros removessem os obstáculos que o teriam impedido de levar a cabo sua vocação. A constituição de um Estado nacional comprometido com os princípios liberais e voltado para a obra do progresso material do país era, em uma palavra apenas, primordial.

Esperança no desenvolvimento econômico nacional e anseio por reformas na estrutura estatal, eis os dois grandes desafios colocados por Mauá para as gerações futuras. Mais tarde será, justamente, pela retomada desses ideais, aliada a alguns “bons” desvios em seu conteúdo, que a memória do visconde – memória esta, sobretudo, encerrada nas páginas dessa *Exposição aos credores*, rapidamente, analisada – emergirá com força.

---

<sup>i</sup> Philippe Lejeune oferece a seguinte definição do gênero autobiográfico: “*Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando ela põe em destaque sua vida individual, em particular, a história de sua personalidade*”. (LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris, Seuil, 1975, p. 14).

<sup>ii</sup> SAYRE, Robert F. “Autobiography and the making of America”. In: OLNEY, James (org.). *Autobiography: essays theoretical and critical*. Princeton, Princeton University Press, 1980, pp. 146 a 168.

<sup>iii</sup> Sobre o assunto conferir: LYONS, Martyn. “La culture littéraire des travailleurs: autobiographies ouvrières dans l’Europe du XIX<sup>e</sup> siècle”. *Annales HSS*, juillet-octobre, 2001, n° 4-5, pp. 927-946.

<sup>iv</sup> MAUÁ, Visconde de. *Autobiografia*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1943, p. 96. **As referências às demais citações da *Autobiografia* virão no corpo do próprio texto. Sempre que aparecerem grifos, eles são do próprio visconde, o qual gostava de destacar as palavras e expressões mais importantes e vibrantes de seus escritos.**

<sup>v</sup> Eis o relato da conversão: “*Na primavera da vida havia eu já adquirido, por meio de infatigável e honesto labor, uma fortuna que me assegurava a mais completa independência. (...) Bastaram vinte anos de atividade sem repouso, além do preciso para recuperar a perda de forças, que o lidar contínuo, acompanhado da necessária meditação, opera no organismo que suporta a pressão dessas lides, para assegurar-me uma renda superior a 50 contos anualmente (...). (...) Travou-se em meu espírito, nesse momento, uma luta vivaz entre o EGOÍSMO, que em maior ou menor dose habita o coração humano, e as idéias generosas que em grau elevado me arrastavam a outros destinos, sendo a idéia de vir a possuir uma GRANDE fortuna, questão secundária em meu espírito, posso dizê-lo afoitamente, com a mão na consciência e os olhos em Deus*”. (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 95 e 96).

<sup>vi</sup> CARVALHO, Maria Alice Rezende de Carvalho. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, IUPERJ-UCAM, 1998, p. 123.

<sup>vii</sup> Se atentarmos para as reflexões de José Murilo n' *A construção da ordem. A elite política imperial* (1980), veremos que o perfil de Mauá estava bem distante do caráter letrado dos bacharéis de Direito que predominava, sobretudo nos escalões superiores, entre os políticos do Império. Isso não o impediu de desempenhar importante papel político na época e, mesmo, de entrar naquele universo restrito compondo escalões inferiores do governo, ainda que tenha (sem dúvida) contribuído para explicar as dificuldades por ele encontradas nos seus contatos e interações com a elite política do Império.

<sup>viii</sup> Ao fazer a análise crítica do Diário e das correspondências de André Rebouças, Maria Alice de Carvalho assim se expressa: “Pode-se dizer, então, que, do ponto de vista da elaboração da sua narrativa autobiográfica, as perseguições de que se dizia vítima seriam a porta de entrada para a demarcação da sua singularidade e para a experiência de um tipo de autonobilitação sugerida pelo heroísmo de se ver lutando, sozinho, contra todos os moinhos do conservadorismo nacional”. (CARVALHO, 1998, p. 174). Nas reflexões que estamos a fazer da Exposição aos credores, constatamos a pertinência dessas colocações – aliás, a própria pesquisadora citada, observa, em alguns pontos de seu texto, alguma proximidade entre o visconde de Mauá e o engenheiro André Rebouças.

<sup>ix</sup> Fabiana Fredrigo esclarece o quanto, no decorrer de suas trajetórias, sobretudo, no pós-independência, as Américas portuguesa e espanhola constituíram-se identitariamente, a partir do que ela chama de *denegação*. O conceito é de Leandro Karnal, em seu *O Brasil e a América Latina denegada*, e aponta para a prática de incompreensão e, mesmo, de silenciamento do “outro”. “Denegar não é apenas recusar, negar ou não aceitar. Denegar pode significar também desmentir, contradizer. Tal como num jogo de espelhos, as Américas não só se recusavam, mas se contradiziam, se desmentiam, usando a imagem do outro para construir a sua própria imagem e definir identitariamente o que não queriam ser. Nesse processo, assumiam a importância do outro, mesmo quando o silêncio a seu respeito fazia-se presente”. (FREDRIGO, Fabiana de Souza. “O Brasil no epistolário de Simon Bolívar”. *História Revista*, Goiânia, 8 (1/2), jan./dez., 2003, p. 90).

<sup>x</sup> Segundo Maria Alice de Carvalho, Rebouças procurava levar a frente seus projetos profissionais atuando como engenheiro e empresário, ao que era acusado (como Mauá) de querer se enriquecer às custas dos interesses públicos. Muito mais que uma oligarquia conservadora e opositora, o que havia era uma luta entre duas formas de se alcançar o progresso. “Ou seja, a polarização (...) se prendia, antes, à identificação do lugar de realização do universal: se no Estado centralizado e distributivo, se no Estado interiorizado pelos indivíduos morais. Nesse sentido, enquanto Rebouças criticava a letargia, a ausência de civismo e a insensibilidade para com a noção de público que caracterizariam os engenheiros do Setor de Obras Públicas do Ministério da Agricultura, ele próprio era constantemente acusado de pretender enriquecer à custa da privatização de largos espaços de atuação do Estado”. (CARVALHO, 1998, p. 120).

<sup>xi</sup> O estabelecimento da Ponta da Areia, por exemplo, enquadra-se neste caso. A falta de pedidos por parte do governo imperial e a alteração das tarifas aduaneiras, nos rumos do antiprotecionismo, foram vistas por Mauá como duas das maiores razões para o fracasso deste seu empreendimento.

<sup>xii</sup> Este é o caso do Banco Mauá. Na tentativa de “[afastar-se] da **tutela do governo**” (p.231 da “*autobiografia*”), Mauá tentou organizar a instituição bancária que leva o seu nome, estabelecendo-a sob a forma de uma sociedade comanditária. Sofrendo a oposição do governo, o qual (pouco tempo depois de organizada a instituição) expediu um decreto-lei com efeito-retroativo, o Banco teve que ser refundado, agora com base em outros princípios – o que, de acordo com Mauá, além de limitar bastante o raio de ação da instituição, veio a colocá-la menos a salvo das intempéries (as quais vieram e, detalhe, com força).

<sup>xiii</sup> Dentre as sete causas (a última apenas sugerida) que o visconde de Mauá levantou como justificativas para o seu malogro final, é significativo o fato de que todas elas constituem-se em críticas diretas ao Estado brasileiro de seu tempo. Mauá levantou-se contra: o decreto-lei n.º 1487 com efeito-retroativo, de 13 de Dezembro de 1854, e já anteriormente referido (nota XII); as leis financeiras do país, cerceadoras do crédito e, mesmo, do capital; as decisões judiciais insensatas, das quais foi vítima (pelo menos, duas vezes); a concorrência que lhe moveu o governo da província de São Paulo, decidindo construir uma estrada de rodagem paralela à ferrovia que ele empreendia; as posições avessas a sua pessoa e a seus interesses tomadas pelo poder imperial em sua política externa com o Uruguai; a avaliação negativa (dirá ele, leviana) feita sobre a situação do Banco Mauá, em uma assembléia geral dos acionistas do Banco do Brasil (na ocasião, 1869, um de seus credores); e, finalmente, o “**excesso de juros pagos**” (Mauá, *Autobiografia*, p. 289). Considerando que o Banco do Brasil era, na época, o principal órgão de execução da política financeira no país, fica explícita a contundência da crítica à atuação da organização-mor da nação.

<sup>xiv</sup> É curioso notar que Mauá deixou para enfeixar suas propostas de reforma do Estado imperial, justamente, quando tratou da agricultura – “(...) *apesar de não ser esse o ramo de atividade a que [se dedicou]*”. (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 226). Aquilo que, num primeiro lance pode parecer espantoso, é (porém), facilmente, explicável. Desejoso de ter um certo distanciamento a fim de conceder maior imparcialidade a suas propostas, o visconde decidiu reunir seus projetos de reforma ao tratar da esfera de negócios em que menos atuou. O efeito intentado é, pois, óbvio: se tais reivindicações fossem aceitas como pertinentes no âmbito específico do agronegócio (“**a fonte de toda a riqueza pública do Brasil**”; MAUÁ, *Autobiografia*, p. 215), que dirá da adequação de um tal conjunto de reformas à realidade político-econômica global do país.

<sup>xv</sup> Para Mauá, o Estado por ele projetado deveria focar-se em quatro áreas estratégicas, que aqui apenas apontaremos muito brevemente: aperfeiçoamento das vias de comunicação para permitir o melhor escoamento da produção; provimento de mão de obra, necessário à sustentação do desenvolvimento; ampliação e facilitação do crédito, vital ao incremento das forças produtivas; e, finalmente, qualificação dos trabalhadores no intuito de modernizar o setor produtivo brasileiro. Atuando nestes *pontos cardeais*, o novo Estado brasileiro estaria,

---

segundo ele, apto a elevar a nacionalidade brasileira, *“em um futuro não mui distante, à posição que lhe compete no congresso das nações, isto é, o primeiro lugar”* (MAUÁ, *Autobiografia*, p. 193).